

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 004/2023,  
DE 18 DE ABRIL DE 2023.**

**ALTERA O ANEXO II DA LEI  
COMPLEMENTAR N. 121/2015.**

**ABEL GRAVE**, Prefeito de Ibirubá - RS, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 68, inciso I, da Lei Orgânica do Município/90 e alterações, remete à apreciação desta Augusta Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Complementar:

**Art. 1º** Altera o Anexo II – Zonas de Ocupação e Expansão, da Lei Complementar nº 121 de /2015, que passa a vigor conforme o mapa anexo ao Presente Projeto de Lei.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Ibirubá,  
18 de abril de 2023.

**ABEL GRAVE,**  
**Prefeito de Ibirubá.**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 004/2023,  
DE 18 DE ABRIL DE 2023.**

**MENSAGEM**

**ASSUNTO: ALTERA O ANEXO II LEI COMPLEMENTAR N. 121/2015.**

**PROPONENTE: PODER EXECUTIVO**

**TRAMITAÇÃO: REGIME DE URGÊNCIA.**

**FUNDAMENTAÇÃO:** Competência: artigo 68, inciso I, da Lei Orgânica do Município/90.

Senhor Presidente,

Na oportunidade em que manifestamos nossos respeitosos cumprimentos à Vossa Excelência, com votos de permanente êxito na condução do processo legislativo, cumprimentos extensivos aos demais Senhores Vereadores, encaminhamos à esta Egrégia Câmara, o Projeto de Lei Complementar nº 018/2023, para o qual pedimos apreciação.

O projeto em epígrafe modifica apenas o Anexo II da referida Lei Complementar, com fins a definir o Zoneamento das duas áreas de ampliação do Perímetro Urbano do Município definidas por meio da Lei Municipal nº 3.044, de 13 de outubro de 2022.

A proposta de Zoneamento Urbano para as áreas de ampliação, sugerida pelo Executivo Municipal, passou pela análise do Conselho Municipal do Plano Diretor – CONPLAD, o qual emitiu parecer no sentido de acatar parcialmente as sugestões para as áreas de ampliação, sendo que para parte da Área de Ampliação 1, em específico a localizada às margens da VRS-506, o CONPLAD sugeriu a adoção da classificação Zona de Transição (ZT) ao contrário do proposto pelo Executivo, que era a adoção da classificação Zona Mista 5 (ZM5).

O entendimento do CONPLAD foi no sentido de que a classificação Zona de Transição (ZT) permitiria a instalação de empresas de mesmo potencial poluidor, entretanto de maior porte em relação à Zona Mista 5 (ZM5), bem como a continuidade das atividades de agricultura ora existentes nas áreas de ampliação.

Em contrapartida, o Setor Técnico do município entende que apesar de ambas as classificações permitirem a instalação de atividades industriais de mesmo potencial poluidor, a classificação Zona Mista 5 (ZM5) limita o porte das empresas, o que se apresenta adequado em função de que na mesma região está prevista a instalação de novos loteamentos residenciais, tanto de iniciativa pública (com lote já adquirido pelo município)

quanto privada, além de já estarem em fase de finalização outros loteamentos residenciais na área já anteriormente contidas na mancha urbana, também classificada como Zona Mista 5 (ZM5), o que poderá ocasionar a proximidade de empresas de grande porte e potencial poluidor alto com imóveis residenciais. É de ser destacado, conforme poderá ser visualizado no mapa em anexo, que a proposta do Setor Técnico também respeita a continuidade da classificação já utilizada na área urbana às margens da VRS-506.

Em relação à manutenção das atividades de agricultura nas novas áreas de ampliação, é importante destacar que o município possui legislação vedando o uso de defensivos agrícolas nas proximidades das áreas urbanizadas, de forma que mesmo classificada como Zona de Transição (ZT), com a proximidade de áreas residenciais urbanizadas, estaria vedada a prática das atividades agrícolas. Ademais, na área de ampliação classificada como Zona Mista 1 (ZM1) também é vedada a manutenção de atividades agrícolas, de forma que, pela análise do Setor Técnico, a possibilidade de instalação de empresas de grande porte, e com potencial poluidor alto, nas proximidades de áreas residenciais traria maior dano à comunidade, considerando que as atividades industriais e as áreas de residências conviveriam próximas umas das outras por prazo indeterminado, ao contrário das atividades agrícolas nas áreas de ampliação, as quais, invariavelmente, cessarão com o avanço das áreas urbanizadas.

Desta forma, o Executivo municipal envia o presente Projeto de Lei mantendo a sugestão original, qual seja, a adoção da classificação Zona Mista 5 (ZM5) para a área de ampliação às margens da VRS-506.

Em anexo, o novo Mapa do Zoneamento Urbano, o qual figurará como Anexo II da Lei Complementar 121/2015, bem como parecer do CONPLAD relativo à primeira análise.

Sendo o que temos para o momento, subscrevemo-nos, renovando elevados protestos de estima e distinta consideração, contando com a aprovação do presente Projeto.

Cordialmente,

**ABEL GRAVE,**  
**Prefeito de Ibirubá.**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR**  
**VEREADOR ZALO BUENO GOMES DA SILVA,**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES**  
**IBIRUBÁ-RS.**